

ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Ao vigésimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e três, às 14h00min, foi realizada a
2 **76ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**, através do
3 aplicativo “Microsoft Teams” e transmitida ao vivo para a população em geral pelo
4 serviço de streaming (YouTube) disponibilizado no site da CMPU (Reuniões 2023), nos
5 termos da Portaria nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G. **Pauta do**
6 **dia: 1.** Comunicações Gerais. **2.** Apresentação do Plano de Trabalho de 2023 da
7 Coordenadoria de Controle da Função Social da Propriedade – CEPEUC para
8 implementação dos instrumentos indutores da função social da propriedade. **3.**
9 Apresentação dos Territórios Educadores Cidade Tiradentes e Brasilândia. **1)** A
10 Presidente Suplente, Sr. Maria José Gullo, iniciou a reunião às 14h31min,
11 cumprimentando os Representantes; **2)** Antes de adentrar a pauta, a palavra foi passada
12 para a Representante titular do Mackenzie, Sra. Viviane Manzione Rubio, que indagou
13 sobre os trabalhos de revisão do regimento interno; em resposta, a Secretária Executiva,
14 Sra. Maria Gabriela Camollez Florio, informou que os trabalhos seriam retomados. **3)** Na
15 sequência, a Secretária Executiva iniciou as comunicações gerais informando a posse dos
16 representantes da Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos – STM, Sra.
17 Mariana Ohira Hashimoto (Suplente), nomeada pela Portaria SGM nº 88/2023 (D.O.C.
18 22/05/2023); Secretaria Municipal da Fazenda – SF, Sr. Ricardo Akiyoshi Sakamoto
19 (Suplente), nomeado pela Portaria SGM nº 101/2023 (D.O.C. 06/06/2023); Secretaria
20 Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, Sr. Rafael Barreto Castelo da Cruz
21 (Suplente), nomeado pela Portaria SGM nº 113/2023 (D.O.C. 29/06/2023); Conselho
22 Municipal Participativo – CPM, Macrorregião Norte 1, Sr. Celso Sérgio da Silva (Titular) e
23 Sra. Aytalane Sales de Souza (Suplente), Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João
24 Moreirão de Magalhães (Titular) e Sra. Thaline Nunes Rocha (Suplente), Macrorregião
25 Oeste, Sra. Ana Paula Lima (Titular) e Sr. Ginalvo Silva de Santana (Suplente),
26 Macrorregião Leste 1, Sra. Elodia Fátima (Titular) e Sra. Alessandra de Oliveira Linhares
27 (Suplente), Macrorregião Leste 2, Sr. José Zildo de Almeida Silva (Titular) e Sra. Ana Paula
28 Maciel (Suplente), Macrorregião Sul 1, Sr. Durval Nicolau Tabach (Titular) e Sra.
29 Rosangela de Oliveira Silvente (Suplente), Macrorregião Sul 2, Sra. Angeli Franco Nobre
30 (Titular) e Sr. Antônio Marcelo de Souza Lima (Suplente), Macrorregião Centro, Sra. Stela
31 de Camargo Da Dalt (Titular) e Sr. Fábio Jorge Benini Cabral (Suplente), nomeados pela
32 Portaria SGM nº 107/2023 (D.O.C. 23/06/2023); na sequência, deu ciência das atas da
33 44ª Reunião Extraordinária, 66ª Reunião Ordinária e 75ª Reunião Ordinária, e do e-mail
34 sobre o processo SEI 6068.2023/0005038-7, respondendo ao questionamento feito
35 anteriormente em reunião pela Representante suplente do CMH, Sra. Simone de Castro
36 Melo, sobre a minuta da lei de zoneamento; por fim, trouxe como informe a consulta do
37 programa “Ruas Abertas Liberdade”, relatado pela Diretora de Projetos da SMUL, Sra.
38 Fernanda Ormelezi Pitombo. **4)** A Diretora de Projetos da SMUL apresentou o informe
39 do projeto Ruas Abertas – Liberdade, convidando a todos a participar de consulta pública

40 sobre o projeto, e ainda convidou a todos para consulta pública acerca do território do
41 Largo do Arouche; o Representante titular do CMTT, Sr. Mauro Sérgio Calliari, expressou
42 seu contentamento com a iniciativa e mencionou que a referida consulta sobre o Largo do
43 Arouche teria se iniciado na Câmara Temática de Mobilidade a Pé, a qual o mesmo
44 participou. 5) A Secretária Executiva retomou a pauta das comunicações gerais com um
45 último informe sobre o prazo de inscrições de candidatos para a eleição da Sociedade
46 Civil no CMPU para o Biênio 2023-2025. 6) Na sequência, o Representante suplente da
47 UNINOVE, Sr. Daniel Todtmann Montandon, compartilhou sua preocupação relacionada
48 à revisão do Plano Diretor feita pela Câmara; afirmou que a revisão foi assolada por
49 muitas mudanças sem estudos, com alterações significativas em relação ao processo que
50 foi conduzido pela SMUL e sem participação pública; mencionou ainda, não coexistir a
51 possibilidade do tema estar presente nas próximas reuniões, mesmo que a proposta
52 aprovada do Plano Diretor possua diversas interfaces com a SMUL, não cabendo à
53 Câmara fazer uma proposta de revisão de zoneamento com base nos elementos
54 introduzidos na lei a ser sancionada; indagou qual será o posicionamento da SMUL em
55 relação à revisão da lei de zoneamento, como será a agenda pública da SMUL em relação
56 a essa revisão, como retomará o processo participativo e como se dará a notificação de
57 todos os imóveis no prazo de quatro anos; questionou ainda sobre a necessidade de uma
58 atualização dos indicadores de monitoramento do Plano Diretor Estratégico - PDE e
59 como mensurar o perfil das unidades imobiliárias que serão produzidas na cidade de São
60 Paulo, principalmente nos eixos, quantas vagas de fato estão sendo feitas nos eixos, o que
61 de fato será HS1, HS2; e afirmou a importância do CMPU ser prestigiado como um
62 elemento integrante do sistema de planejamento urbano do município. 7) Em seguida, o
63 Representante titular da COHAB 1, Sr. José André de Araújo, saudou a todos os
64 Representantes que tomaram posse e solicitou à Presidente suplente esclarecimentos
65 sobre o projeto de lei de parcelamento, uso e ocupação do solo e os indicadores de
66 monitoramento do PDE. 8) Na sequência, a Presidente suplente lembrou a todos que
67 foi apresentado o PDE na CMPU pela SMUL, nas datas previstas, perfazendo o total de
68 32 reuniões nas subprefeituras, com convite à participação pública e ampla; que o projeto
69 foi enviado ao gabinete do Prefeito para verificação e posterior envio à Câmara;
70 informou o convite, por diversas vezes, da Câmara para participação de suas audiências,
71 não cabendo naquele momento uma discussão sobre, pois o plano do PDE havia sido
72 entregue oficialmente, e que, atualmente, estariam analisando todas as sugestões que
73 vieram da Câmara; informou que está em pauta o monitoramento, inserido nos planos
74 estratégicos futuros; que a lei de parcelamento e uso do solo foi apresentada para o
75 Prefeito, que a encaminhou para a Câmara, sendo praticamente o mesmo percurso feito
76 pelo PDE, depois, conseqüentemente, sendo aplicada diretamente no código de obras,
77 onde todos os tramites são monitorados de perto pela SMUL; em complemento à fala da
78 Presidente, a Secretária Executiva informou que efetuou reunião do CIMPDE, que é o
79 comitê intersecretarial que acompanha os indicadores da implementação do plano
80 diretor, para discutir sobre os mesmos. 9) Em seguida, o Representante Suplente do
81 Conselho Participativo Municipal (CPM) da Macrorregião 13 Norte 2, Sr. João Moreirão

82 de Magalhães indagou sobre a afirmação da Presidente suplente, questionando se a
83 minuta da lei de zoneamento já teria sido enviada pelo Prefeito à Câmara, e se a Câmara
84 daria prosseguimento como um processo normal; em resposta, a Presidente suplente
85 relatou que o rito do processo da lei de zoneamento segue o mesmo tramite do rito do
86 PDE, no qual é encaminhado o texto final, depois de vários processos e reuniões junto ao
87 CMPU, para que o Prefeito analise e depois envie à Câmara; e afirmou que o texto ainda
88 se encontra no gabinete do Prefeito, e após manifestação, passará por todos os
89 Conselhos, incluindo o CMPU. **10)** Em seguida, o Representante titular da COHAB 1,
90 Sr. José André de Araújo, apresentou uma questão de ordem; lamentou a ausência do
91 Presidente titular e indagou qual poderia ser a contribuição dos representantes na
92 redação da lei de zoneamento, já que depois de passada no gabinete do Prefeito, seu teor
93 não poderia ser mudado, explanando assim sua preocupação de que os representantes
94 municipais, principalmente da sociedade civil, estariam apenas compondo em número a
95 comissão; informou ainda que o relatado não estaria de acordo com o artigo 327 da lei nº
96 16.050, de 31 de julho de 2014, lei do Plano Diretor Estratégico - PDE, o qual dispõe
97 sobre a estruturação do conselho, e por esse motivo solicitou cópia da minuta enviada ao
98 gabinete do Prefeito; em esclarecimento ao indagado, a Presidente Suplente informou
99 que na primeira fase foi aguardado todo o encaminhamento do PDE, e que no presente
100 momento a lei de parcelamento do solo estaria no gabinete do Prefeito para ser
101 analisada, analise esta que compreende verificar se o projeto continua com seu teor atual
102 ou se retornará à SMUL para a inserção de mais tópicos, e que em nenhum momento as
103 comissões foram ou serão evitadas ou anuladas, pois todos os ritos de audiências e
104 reuniões que a lei determina foram cumpridos. **11)** A Secretária Executiva informou que
105 todas as falas ficam registradas em ata e prosseguiu para o próximo item de pauta. **12) 2.**
106 Apresentação do Plano de Trabalho de 2023 da Coordenadoria de Controle da Função
107 Social da Propriedade – CEPEUC para implementação dos instrumentos indutores da
108 função social da propriedade. A Secretária Executiva informou que o item foi
109 apresentado também na 74ª reunião ordinária e que na ocasião, foi solicitado prazo para
110 contribuições sobre o plano de trabalho; após a junção das contribuições, o processo foi
111 reencaminhado para a CEPEUC, que retomou a pauta para o conselho deliberar sobre o
112 assunto novamente. **13)** A palavra foi passada à Coordenadora da CEPEUC, Sra. Amanda
113 Paulista de Souza, que se apresentou e demonstrou sua animação em iniciar o novo
114 desafio à frente da Coordenadoria; informou a estrutura da CEPEUC, nova coordenação
115 e equipe, e iniciou a explanação sobre a versão revisada do Plano de Trabalho 2023 – 2º
116 semestre; após a apresentação da Coordenadora da CEPEUC, a plenária foi aberta para
117 debate do Conselho. **14)** O Representante titular da COHAB 1 iniciou o debate
118 questionando os prazos das atividades dentro do Plano de Trabalho, solicitou a
119 coordenadora um aperfeiçoamento do conteúdo de trabalho que a mesma encontrou ao
120 assumir o cargo; solicitou também a disponibilização dos dados de imóveis que não se
121 enquadram em função social, dos imóveis que estão na quinta etapa do IPTU progressivo
122 e das minutas dos decretos debatidos anteriormente; indagou ainda sobre apropriação
123 de imóveis através de títulos da dívida pública, como seria o processo, e se há alguma

124 ferramenta administrativa para o aproveitamento dos mesmos, sem ter que recorrer aos
125 órgãos externos; e propôs a negatização dos proprietários de imóveis e outros
126 instrumentos, como forma de punição pelo não pagamento dos tributos referentes ao
127 IPTU; ao fim, desejou boas vindas à Coordenadora de CEPEUC. **15)** Na sequência, o
128 Representante titular do CMTT, Sr. Mauro Sérgio Calliari, deu as boas vindas à
129 Coordenadora, agradecendo sua apresentação do plano de trabalho, relatando que seria
130 interessante informar no plano de trabalho o direcionamento e a prioridade das
131 atividades; indagou sobre quais componentes do Plano de Trabalho seriam inseridos no
132 Plano de Metas e qual seria a meta pessoal da nova Coordenadora até o final de seu
133 mandato. **16)** Em seguida, a Representante titular do Mackenzie, Sra. Viviane Manzione
134 Rubio, felicitou a nova Coordenadora; relatou sobre a história e importância da CEPEUC
135 dentro da Prefeitura de São Paulo; pontuou a relação entre os imóveis que não cumprem
136 função social, a oferta de habitação social na cidade, a dificuldade da Prefeitura de atuar
137 em áreas precárias e vulneráveis, e na produção de unidades habitacionais de interesse
138 social, com o plano Municipal de Habitação de 2016; deixou claro sobre seu
139 entendimento de que a cidade não possui uma política de fato abrangente, integral e
140 integrada, para atender todas as questões relacionadas ao seu uso equilibrado, e de que o
141 Plano Municipal de Habitação deveria ser discutido para entender qual tipo de imóvel
142 está vago e quais imóveis podem ser utilizados, de fato, para Habitação de Interesse
143 Social; e solicitou uma explanação sobre como funcionarão as consultas públicas dentro
144 do Plano de Trabalho e seu cronograma. **17)** Na sequência, o Representante suplente do
145 CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. João Moreirão de Magalhães, informou sobre o longo
146 processo das discussões do novo projeto de revisão do PDE, que está para ser sancionado
147 com diversos problemas graves, mas quis apontar um principal: durante todo o processo
148 de discussão na fase do executivo, qualquer proposta que fosse advinda da sociedade
149 civil e que possuísse alterações relacionadas aos eixos de estruturação eram
150 prontamente rejeitadas pela Prefeitura; continuou seu discurso apontando que o
151 apresentado no segundo item da pauta não tem validade para o momento, pois não há
152 datas para tal, e que o que deveria estar sendo discutido seria a revisão do PDE e da lei de
153 zoneamento; relatou que em nenhum momento, nas reuniões, verificou a discussão da
154 minuta da lei de zoneamento em que considera mais de 40 artigos declarados
155 inconstitucionais, artigos os quais a CTLU vem usando como base para tomar decisões
156 como se já tivessem sido aprovados; ao fim, salientou a importância de discutir pautas
157 que são importantes para o momento da cidade. **18)** Na sequência, a Representante
158 suplente da Macrorregião Leste 1, Sra. Alessandra de Oliveira Linhares, parabenizou a
159 Coordenadora ingressante e desejou sorte à mesma e sua equipe; sugeriu, com
160 embasamento na lei 13.465, de 11 de julho 2017 - REURB, a arrecadação de imóveis por
161 meio do Art. 64 “Os imóveis urbanos privados abandonados cujos proprietários não
162 possuam a intenção de conservá-los em seu patrimônio ficam sujeitos à arrecadação pelo
163 Município ou pelo Distrito Federal na condição de bem vago.”, sendo informado que teria
164 uma flexibilidade para o poder municipal muito interessante; relata, ainda, que há
165 dificuldades em se aplicar a regularização urbana, pois muitas vezes o poder público

166 insiste na construção de novas habitações em localidades distintas, porém, em muitas
167 vezes, o proprietário já possui um bem e precisaria apenas regularizá-lo junto à
168 Prefeitura. **19)** Em seguida, o Representante suplente da UNINOVE, Sr. Daniel Todtmann
169 Montandon, parabenizou e deu boas vindas à nova Coordenadora; dentro de seu
170 entendimento, relatou sua preocupação com a desapropriação dos imóveis, sua
171 destinação, e em como lidar com esse imóvel que pode vir a ser patrimônio para
172 programas e políticas públicas; acredita que a coordenação tem que ter um enfoque
173 muito grande nas notificações, pois a destinação dos imóveis dependerá muito das outras
174 secretarias, e informa que na revisão do plano diretor já existe um dispositivo para
175 notificação de imóveis no centro expandido no prazo de quatro anos; e questionou como
176 se dará o cumprimento da função social da propriedade dos ativos públicos Municipais,
177 Estaduais e Federais. **20)** Em resposta aos questionamentos, a Coordenadora da CEPEUC
178 iniciou sua fala informando sobre os prazos do plano de trabalho, que cada atividade teria
179 seu cronograma, sendo, a apresentação, uma introdução do que será entregue nos
180 próximos períodos de seu mandato; relatou que está em fase de conhecimento da
181 CEPEUC, por ser um setor muito grande e complexo; que, em relação à aplicação do
182 instrumento para desapropriação, informou que o mesmo é antigo em sua concepção,
183 mas novo em sua usabilidade, que ao lermos o Plano Diretor, a aplicação do dispositivo
184 parece simples, porém, por muitas vezes, é barrada em questões jurídicas; sobre o
185 aperfeiçoamento do diálogo entre as secretarias, informou que são de interesse da
186 CEPEUC e que é uma atribuição própria, fazer a comunicação para as outras secretarias
187 dos imóveis que estão na quinta alíquota, para que assim seja verificado o possível
188 interesse por esses imóveis, e a partir disso entrar com um processo de desapropriação
189 ou utilização de outros instrumentos para o mesmo, porém, não é algo tão simples de se
190 fazer, pois para se apresentar algo palpável para as secretarias, devem ser feitos estudos
191 de viabilidade e potencialidade desses imóveis, e a partir desses dados há a possibilidade
192 de se fazer a escolha do imóvel de acordo com o melhor fim a ele; em relação ao assunto
193 colocado pela Representante titular do Mackenzie, Sra. Viviane Manzione Rubio,
194 concordou que a função social está muito atrelada, principalmente a habitação de
195 interesse social – HIS, ao fato de haver muitos imóveis abandonados e o déficit de
196 habitação ser tão grande como é atualmente, quase que correlacionados se extinguiriam
197 por si só, e por este motivo há uma nova estratégia de prospecção dos imóveis, com um
198 olhar mais direcionado para aqueles com a probabilidade de se tornar uma habitação de
199 interesse social; na sequência, agradeceu à Representante suplente da Macrorregião
200 Leste 1, Sra. Alessandra de Oliveira Linhares, pela pergunta e menção da Lei de
201 Regularização Fundiária Federal e do Instituto da Arrecadação de Bens, especificamente
202 porque o decreto colocado em contexto é baseado na Lei 13.465, que trata da
203 arrecadação de bens voltados para a habitação de interesse social, sendo um dos
204 instrumentos a ser fomentado; informou que gostaria muito de receber sugestões da
205 CMPU de como organizar o seminário sobre os instrumentos sucedâneos, pois a
206 desapropriação envolve questões de títulos de dívida pública junto ao Senado, com todo
207 um procedimento específico, havendo a possibilidade de organizar um grupo de trabalho

208 para discussões do tema; e informou que há sim uma correlação entre os imóveis da
209 quinta alíquota e os imóveis que possuem grande inadimplência; sobre as indagações
210 feitas pelo Representante titular do CMTT, Sr. Mauro Sérgio Calliari, a Coordenadora de
211 CEPEUC afirmou que há uma meta específica para vistoria dos imóveis, sendo este o
212 maior objetivo, pois todas as notificações a serem enviadas aos munícipes dependem dos
213 resultados dessas vistorias; em resposta às colocações do Representante suplente do
214 CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. João Moreirão de Magalhães, declarou que
215 compreende sua fala de que o instrumento apresentado na reunião não é o mais
216 importante a ser discutido no momento, porém, revisar os fluxos de atividades e a
217 aplicação da legislação diariamente, entender as dificuldades e saber como os
218 instrumentos estão sendo efetivados na prática, também é muito importante para a
219 organização de um ótimo trabalho; na sequência, afirmou que entende os
220 questionamentos feitos pelo Representante suplente da UNINOVE, Sr. Daniel Todtmann
221 Montandon, e que ao se analisar as atribuições de CEPEUC, pode ser constatado que elas
222 são mais voltadas para a notificação dos munícipes; que as metas de gestão externa e de
223 diagnóstico estão direcionadas a fazer com que os processos sejam mais certos, fluídos
224 e céleres, com uma vistoria mais rápida e conclusiva, agilizando assim a fase de
225 notificação ao munícipe; em resposta à Representante titular do Mackenzie, Sra. Viviane
226 Manzione Rubio, informou que a ideia da meta de consultas públicas seria disponibilizar
227 os textos das estratégias do plano de trabalho com diversas pautas diferentes no portal
228 Participe Mais, ficando os mesmos abertos a comentários e sugestões, que serão
229 analisados no futuro para fechamento da melhor estratégia. **21)** A palavra foi passada à
230 Representante titular do CPM da Macrorregião Oeste, Sra. Ana Paula Lima, que indagou
231 sobre a meta do Plano Diretor Estratégico – PDE; ainda, relatou que não conseguia, de
232 acordo com as falas da Coordenadora, constatar algo promissor em relação ao
233 cumprimento das metas de notificação de imóveis das macro áreas no prazo de quatro
234 anos, conforme a proposta do PDE; informou também que gostaria de receber a lista dos
235 imóveis que já se encontram em quinta alíquota, pois quando a mesma é publicada, a
236 dinâmica desses imóveis muda. **22)** Sobre as indagações, a Coordenadora de CEPEUC
237 afirmou que já é divulgada, no portal da Prefeitura de São Paulo, uma lista dos imóveis
238 notificados em virtude de descumprimento, e que a colocação feita por ela, seria
239 melhorar a qualificação das informações e dados inseridos nesta lista; e o prazo de quatro
240 anos que consta no PDE ainda não está em vigência, pois não foi sancionado pelo
241 Prefeito, e por este motivo ainda não foi publicado, sendo ainda uma proposta. **23)** Não
242 havendo mais questionamentos, a Secretária Executiva agradeceu a participação da
243 Coordenadora de CEPEUC e prosseguiu para o próximo item de pauta. **24)** **3.**
244 Apresentação dos Territórios Educadores Cidade Tiradentes e Brasilândia. **25)** A palavra
245 foi passada à Representante suplente da SMUL 2, Sra. Cristiane Figueiredo Affonso
246 Marques, que iniciou a apresentação dos Territórios Educadores Cidade Tiradentes e
247 Brasilândia, informando que o território educador é uma proposta que visa trazer maior
248 segurança, atratividade e conforto no trajeto das crianças e seus cuidadores de sua casa
249 até o centro educacional, através de ações de acalmamento de tráfego, requalificação de

250 calçadas, implantação de trilhas e estações educadoras; explanou a história e os detalhes
251 do programa, que consta no Programa de Metas, sendo a meta 42, que versa sobre a
252 implantação de 10 territórios educadores; seguido da abertura de fala para apresentação
253 de considerações. **26)** Sobre o exposto, a Representante titular do Mackenzie, Sra.
254 Viviane Manzione Rubio, pontuou que projetos para primeira infância são fundamentais
255 para o aproveitamento da cidade e indagou quem seriam os desenvolvedores do mesmo;
256 em resposta, a Representante suplente da SMUL 2 concordou com a fala da conselheira e
257 informou que o projeto é desenvolvido pela SP Urbanismo. **27)** Na sequência, o
258 Representante titular do CMTT, Sr. Mauro Sérgio Calliari, questionou sobre a
259 escalabilidade e velocidade do projeto, pois são projetos que não demandam muito
260 aporte financeiro; e perguntou se existe alguma relação entre o projeto da pauta e o
261 Projeto Ruas Completas, que também é desenvolvido na região e tem características
262 similares; em resposta, a Representante suplente da SMUL 2 informou que os projetos
263 estão em uma velocidade mais baixa que o ideal, pois, inicialmente, este tipo de projeto
264 era vinculado ao urbanismo social, o que fazia com que o processo fosse moroso; em
265 relação ao Projeto Ruas Completas, respondeu que existe um grupo de trabalho para
266 organizar as relações institucionais com a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET,
267 sendo que o projeto não está inserido exatamente no mesmo perímetro do projeto da
268 pauta, porém, afirmou que os mesmos se relacionam; em seguida, a Presidente suplente
269 complementou as falas da Representante da SMUL, informando que havia a participação
270 de outras secretarias nos projetos, e isso tornava o processo muito confuso e moroso;
271 que muitos projetos relacionados à outras áreas acabavam sendo priorizados e o da
272 educação Municipal ficava desatendido; com a alteração da meta e unificação da análise,
273 a expectativa é de que haja uma melhoria nas questões colocadas. **28)** Na sequência, o
274 Representante suplente da Macrorregião Sul 2, Sr. Antônio Marcelo de Souza Lima,
275 registrou sua felicitação em fazer parte do Conselho Municipal de Política Urbana –
276 CMPU. **29)** A Representante titular da Macrorregião Oeste, Sra. Ana Paula Lima, indagou
277 se há alguma avaliação do Projeto Piloto do Território Educador Campo Limpo de 2018, e
278 se algum ponto dessa avaliação foi utilizado para a construção do projeto apresentado na
279 pauta da reunião, e como será dada a manutenção dos pisos e demais mobiliários para
280 que esse espaço possa perdurar; sobre as indagações apresentadas, a Representante
281 suplente SMUL 2 afirmou foi levado em consideração todo o aprendizado adquirido nos
282 projetos antigos e audiências públicas; e em relação ao piso e a manutenção dos espaços,
283 a urbanista de SMUL, Sra. Natalie Lagnado, que é uma das responsáveis pelo Programa de
284 Urbanismo Social e implementação do programa “Territórios Educadores”, afirmou que a
285 proposta que havia sido trazida para implementação dos pisos era muito onerosa e de
286 difícil manutenção, e que a atual proposta é de simples manutenção e poderá ser feita
287 pelas Subprefeituras sem dificuldade. **30)** Na sequência, o Representante suplente da
288 UNINOVE, Sr. Daniel Todtmann Montandon, indagou se existe um endereço digital para
289 acessar as informações do projeto e de onde serão provenientes os recursos para
290 efetuação dos projetos; em resposta, a Representante suplente da SMUL 2 informou que
291 o projeto se encontra disponibilizado no portal Gestão Urbana da Prefeitura de São Paulo

292 e que os recursos serão provenientes do Fundo de Desenvolvimento Urbano –
293 FUNDURB. 31) Não havendo mais pedidos de fala, a Presidente Suplente, Sr. Maria José
294 Gullo, agradeceu a todos da equipe pelo empenho e desenvolvimento dos trabalhos e
295 projetos, e afirmou que quanto mais fizermos pelas escolas, principalmente em
296 mobiliários lúdicos, mais interessadas e participativas as crianças e os familiares serão
297 dos grupos escolares; por fim, agradeceu a participação do colegiado e encerrou a
298 reunião às 16h53min. **Entidades/Membros Ausentes:** Poder Público: Secretaria
299 Municipal de Habitação – SEHAB; Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
300 – SIURB; Secretaria Municipal de Cultura – SMC; Subprefeitura – Macrorregião Norte 1;
301 Subprefeitura – Macrorregião Norte 2; Subprefeitura – Macrorregião Oeste;
302 Subprefeitura – Macrorregião Centro; Subprefeitura – Macrorregião Leste 1;
303 Subprefeitura – Macrorregião Sul 1; Sociedade Civil: Conselho Participativo Municipal
304 Macrorregião Norte 1; Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 2;
305 Movimento de Moradia (2); Movimento de Moradia (3); Movimento de Moradia (4);
306 Associação de Bairro (2); Associação de Bairro (3); Associação de Bairro (4); Setor
307 Empresarial (2); Entidades Sindicais; ONG; Entidades Profissionais; Movimentos
308 Ambientalistas (1); Movimentos Ambientalistas (2); Movimentos de Mobilidade Urbana;
309 Movimentos Culturais; Entidades Religiosas; Conselho Municipal do Meio Ambiente e
310 Desenvolvimento Sustentável – CADES; Órgãos Estaduais e Intermunicipais: Secretaria
311 de Habitação; Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos; Secretaria de
312 Infraestrutura e Meio Ambiente; Secretaria dos Transportes Metropolitanos; Consórcio
313 Intermunicipal de Municípios do Grande ABC da Região Metropolitana de São Paulo
314 (CIGABC); Consórcio Intermunicipal de Municípios da Região Sudoeste de São Paulo
315 (CONISUD); Consórcio Intermunicipal dos Municípios da Bacia Alto Juqueri (CIMBAJU);
316 Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (CIOESTE);
317 Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (CONDEMAT).

PRESIDÊNCIA

MARIA JOSÉ GULLO
PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO
SECRETARIA EXECUTIVA DO CMPU

MARIA GABRIELA CAMOLLEZ FLORIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE
TITULAR

CRISTIANE FIGUEIREDO AFFONSO MARQUES
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

HE NEM KIM SEO
TITULAR

BEATRIZ BRUNO MENDES
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL (1)

ARMANDO LUIS PALMIERI
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES
TITULAR

REGINA MARIA SILVERIO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA

MARIA LUCIA PALMA LATORRE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

RICARDO AKIYOSHI SAKAMOTO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

RODE FELIPE BEZERRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

MARCOS PAULO CAMPOS FERREIRA DA COSTA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

ANA LÚCIA DE LIMA FIOROTTI
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA
SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TRABALHO**

ARMANDO DE ALMEIDA PINTO JUNIOR
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

ROGER WILLIAMS DA FONSECA
TITULAR

LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL
SUPLENTE

SP-URBANISMO

MATHEUS HECTOR GARCIA
TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO

KEILA CRISTINA MARINS CARDOSO
SUPLENTE

**SUBPREFEITURA
MACRORREGIÃO LESTE (2)**

LUCAS SANTOS SORRILLO
TITULAR

MACRORREGIÃO SUL (2)

JOÃO PAULO LO PRETE
TITULAR

**SOCIEDADE CIVIL
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE (2)**

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES
TITULAR

THALINE NUNES ROCHA
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE

ANA PAULA LIMA
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO CENTRO

STELA DE CAMARGO DALT
TITULAR

FÁBIO JORGE BENINI CABRAL
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE (1)

ELODIA FÁTIMA FILLIPINI
TITULAR

ALESSANDRA DE OLIVEIRA LINHARES
SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL (1)

DURVAL TABACH

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL (2)

ANGELI FRANCO NOBRE
TITULAR

ANTÔNIO MARCELO DE SOUZA LIMA
SUPLENTE

MOVIMENTOS DE MORADIA (1)

EDILSON HENRIQUE MINEIRO
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1
TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS (1)

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO
Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL (1)

MARCIO JEHA CHÉDE
Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis
Residenciais e Comerciais de São Paulo

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL (3)

LUCIANA LINS NASCIMENTO

Associação Regional dos Escritórios de Arquitetura de São Paulo.

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL (4)

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT

Associação Comercial de São Paulo

TITULAR

EDUARDO DELLA MANNA

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo

SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS (1)

VIVIANE MANZIONE RUBIO

Universidade Presbiteriana Mackenzie

TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS (2)

NABIL GEORGES BONDUKI

Universidade de São Paulo

TITULAR

DANIEL TODTMANN MONTANDON
Universidade Nove de Julho
SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - CMTT

MAURO SÉRGIO CALLIARI
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH

AGUINALDO DA SILVA FRANÇA
TITULAR